

**Sobre nobreza e sacrifício na era do niilismo:
Uma releitura do capítulo “O que é nobre?” de Nietzsche**

Prof.^a Dra. Mariana Lins Costa⁵⁰

Palavras-chave: Nietzsche; nobreza; sacrifício; sofrimento; escravidão

1. Introdução

Segundo René Girard, Nietzsche teria sido responsável por uma descoberta fundamental: na paixão de Dionísio e na paixão de Jesus há a mesma violência coletiva (GIRARD, 2001, p. 172). *Apenas*, o significado seria diferente, pois o mito dionisíaco aprova o sacrifício e o cristão rejeita. Conforme a anotação em que está condensada esta descoberta: “Dioniso *versus* o ‘Crucificado’: aí tendes vós a antítese. *Não* é uma diferença no que toca ao martírio [...] o problema é o do sentido do sofrimento: se é um sentido cristão ou um sentido trágico”. Sob o sentido cristão, o sofrimento é objeção à vida, fórmula para a sua condenação. Sob o trágico, *o ser é sagrado o suficiente* para justificar ainda uma monstruosa quantidade de sofrimento. “O homem trágico”, diz o filósofo, “afirma até o mais dilacerador dos sofrimentos”, o “cristão nega até o quinhão de maior felicidade na terra” (NIETZSCHE, 1967, p. 543).

Nesta síntese formulada poucos meses antes do seu colapso mental irreversível, Nietzsche aponta para a sua controversa tese genealógica de que no início “as designações morais de valor, em toda parte, foram aplicadas a *homens*, e somente depois de forma derivada, a ações” (NIETZSCHE, 2005, p. 156). Nos tempos arcaicos imemoriais, os indivíduos *bons*, aventa Nietzsche com autoridade filológica, eram os nobres e aristocráticos “no sentido social”, o que corria paralelo à consideração dos homens pertencentes a outros estratos sociais como “ruins” (NIETZSCHE, 1998, p. 21). A origem das valorações morais é, assim, de acordo com o filósofo, pouco metafórica e espiritualizada, o que implica ser a concepção, mais próxima a nós, a de indivíduo bom como “espiritualmente nobre”, uma transformação conceitual dessa designação originária. Mas uma tal equivalência entre bom e “espécie dominante” diz respeito a um passado muito distante (NIETZSCHE, 2005, p. 156). Na nossa era do niilismo, em que, segundo o filósofo, impera a “mistura de sangue entre senhores e escravos” e, com isso, “a ordem democrática das coisas”, já não há equivalência entre “espécie dominante” e uma casta de nobres guerreiros, já não se encontram entre os que dominam os “bons”. Ante este aparente *purismo*, como compreender que este genealogista da

⁵⁰ Pós-doutoranda em Filosofia pela UFS e Professora Colaboradora do DFL e PPGF da UFS.

moral se dirija nos seus textos a almas nobres, a homens superiores, pretendendo desvelar estes que considera como os raros dentre os seus contemporâneos? Ora, o ponto é que Nietzsche *atualiza* a aplicação das designações morais de valor a homens ao invés de a ações e feitos, atualiza o modo de valoração por ele reconhecido como originário, *atualiza* as noções de nobre e escravo outrora irmanadas ao plano social; uma atualização que é indissociável da relação dos indivíduos para com o sofrimento e, portanto, para com a necessidade do sacrifício.

É inevitável dizer que mesmo no que diz respeito aos indivíduos espiritualmente nobres que lhe seriam contemporâneos, Nietzsche, conforme a citação acima atesta, relaciona nobreza à sangue. Muito embora, essa nobreza do sangue não deva ser simplificada no sentido de que isso se reduziria a ter na árvore genealógica algum antepassado pertencente à aristocracia ou à considerações se o sangue seria mais ou menos misturado. Conforme anota nos seus cadernos: “Só há nobreza de nascimento, apenas nobreza de sangue. (Não estou me referindo aqui à pequena palavra “von” ou ao *Almanach de Gotha*: parênteses para jumentos)” (NIETZSCHE, 1967, p. 496). Para esclarecer o que filósofo pretendeu dizer com o seu “parêntesis para jumentos”, Kauffmann informa, em nota da sua tradução, que o tal *Almanach*, publicado em 1871, oferecia uma listagem de todas as famílias reais e principescas da Europa, enquanto a pequena palavra *von*, quando anterior ao sobrenome, era justamente um indicativo de nobreza. Nietzsche, ao que parece, não associa, de modo necessário, a nobreza por ele conceituada ao institucionalmente reconhecido como nobre, não obstante insista na questão do “sangue” e de modo, por certo polêmico. Em *Além do bem e do mal*, os exemplos nesse sentido são muitos, vide por exemplo os aforismos em que Nietzsche se refere aos miscigenados. Por outro lado, e de modo um tanto lamarckista, Nietzsche, também em *Além do bem e do mal*, irá explicar a formação de uma *espécie* forte, caso da aristocracia da antiga *pólis* grega, a partir das condições de existência: “Uma *espécie* nasce, um tipo se torna firme e forte na luta prolongada com condições *desfavoráveis* essencialmente iguais”. Sob “o pavoroso risco de serem exterminados”, os indivíduos se veem obrigados a “impor sua *espécie*” (NIETZSCHE, 2005, p. 160) e, para isso, são obrigados a cultivar de modo rígido poucas e específicas propriedades:

Aqui falta o desvelo, o excesso, a proteção sob a qual a variação é promovida; a espécie necessita de si mesma como espécie, como algo que justamente por sua dureza, uniformidade, simplicidade de forma pode se impor e tornar duradouro, na constante luta com vizinhos ou os oprimidos em revolta ou que ameaçam revoltar-se. A mais multifária experiência lhe ensina a que propriedades ela deve, acima de tudo e apesar de toso os deuses e homens, o fato de ainda viver e ter vencido: essas propriedades ele as denomina virtudes, e apenas essas virtudes ela cria e cultiva. (Idem, pp. 160-1)

Polêmicas à parte, o que daí nos interessa é fazer notar que a moral aristocrática tão louvada por Nietzsche tem a sua origem certamente associada à força e ao êxito em sacrificar – sejam “vizinhos ou os oprimidos em revolta ou que ameacem se revoltar”, sejam propriedades, afetos ou inclinações próprias –, mas essa força e êxito tiram a sua efetividade da oposição, da resistência ao risco real e permanente em ser sacrificado. A casta nobre, diz Nietzsche, é de início *sempre* a casta de bárbaros, mas esses “homens mais inteiros” que são as “bestas mais inteiras” devem a potência da sua violência ou vontade de poder à necessidade de não se tornarem eles mesmos animais de sacrifício (Idem, p. 153).

De acordo com o estudo de Paolo Diego Bubbio, há na obra nietzschiana “três significados da noção de sacrifício respectivamente relacionados à moral de senhores, à moral de escravos e ao niilismo ativo”. Segundo ele, “uma vez que o sacrifício é uma prática humana, seu significado varia a partir do sistema moral dentro do qual seja levado a cabo” (BUBBIO, 2008, p. 270). Na defesa desta sua tese, fundamenta-se no aforismo 55 de *Além do bem e do mal*, no qual Nietzsche afirma que há “uma grande escala na crueldade religiosa”, em que se destacam “três níveis”. O primeiro deles, condizente à época da moral dos senhores, diz respeito ao sacrifício de seres humanos a deus, “talvez justamente aqueles que se mais amava” – caso, por exemplo, do sacrifício dos primogênitos. O segundo, condizente à moral dos escravos e, portanto, sobretudo ao cristianismo, diz respeito ao autossacrifício, isto é, a sacrificar a deus “os instintos mais fortes que se possuía, a própria “natureza”. Por fim, haveria o que diz respeito à era do niilismo, quando se sacrificou “Deus ao nada” (NIETZSCHE, 2005, p. 54) – e aqui estamos diante do tema usualmente designado “autossuperação da moral” que, dito de modo breve, vem a indicar que o desdobramento da “educação para a verdade” levada a cabo pelo cristianismo é transmutado na assepsia da consciência ciência científica, até desembocar, finalmente após dois milênios, na proibição da “*mentira de crer em Deus*” (NIETZSCHE, 1998, p. 147).

Esta listagem está longe de ser completa, além de ser um tanto impreciso considerar ser o sacrifício de Deus ao nada, o que caracterizaria a exigência sacrificial condizente ao que o filósofo designa nos seus rascunhos “niilismo ativo” – até mesmo porque este grandioso sacrifício já havia sido realizado no momento histórico em que Nietzsche se encontra, enquanto o niilismo ativo que, em certa medida, parece se aproximar a alguma espécie de prática terrorista suicida e generalizada, não. O ponto nodal que não é apresentado no referido aforismo, ainda que trabalhado no texto de Bubbio, é o de que Nietzsche na sua “justificação do sacrifício humano” defende, em alguma medida, a escravidão ou para dizer de modo menos direto: julga legítimo, porque inevitável, já que inerente à vida, o sacrifício de muitos

em prol dos raros ou de algo que ultrapasse a si. O cristianismo, com toda a sua moral da compaixão, não foi capaz de extirpar a crueldade, mas tão somente de suprimir a boa consciência quando se tratava de sacrificar o outro, o que coincide com a exigência do sacrifício de si, da própria vitalidade e vontade de poder, o autossacrifício. Dito com outras palavras, a privação da crueldade para com o outro, tal como levada a cabo pelo cristianismo implica a crueldade contra si: “Todos os instintos que não se descarregam para fora voltam-se para dentro; [...] A hostilidade, a crueldade, o prazer na perseguição – tudo isso se voltando contra os possuidores de tais instintos”(NIETZSCHE, 1998, p. 73). Se a filosofia nietzschiana parece a muitos bastante esclarecedora por considerações como essas, por outro lado, o louvor à moralidade nobre cantado por este arauto do *Übermensch* assusta, quando nos deparamos com as condições que o filósofo lhe coloca como necessárias: “Toda elevação do tipo ‘homem’”, anuncia no já citado aforismo de abertura do seu capítulo “O que nobre?”, “foi, até o momento obra de uma sociedade aristocrática – e assim será sempre: de uma sociedade que acredita numa longa escala de hierarquias e diferenças de valor entre um e outro homem, e que necessita da escravidão em algum sentido” (NIETZSCHE, 2005, p. 153) [grifo nosso]. Ou ainda: “O essencial numa aristocracia boa e sã [...] é que não se sinta como função [...], mas como seu sentido [...] – que portanto aceite com boa consciência o sacrifício de inúmeros homens que por sua causa, devem ser oprimidos e reduzidos a seres incompletos, escravos, instrumentos” (Idem, p. 154). O que fica ainda mais sinistro numa das suas anotações pré-colapso:

[...] o Cristianismo de modo algum estabeleceu os interesses da espécie como um valor superior aos interesses do indivíduo. [...] Através do Cristianismo, o indivíduo foi considerado como tão importante, tão absoluto, que ele já não mais poderia ser sacrificado: mas a espécie só garante a sua permanência através do sacrifício. [...] A prosperidade da espécie não é afetada pelo sacrifício desse ou daquele indivíduo [...] A espécie requer que os maus constituídos, os fracos e degenerados pereçam: mas são precisamente eles que o cristianismo transforma em força conservadora [...] Caridade genuína demanda sacrifício para o bem da espécie – ela é muito dura, é uma plena autossuperação, porque necessita do sacrifício humano. E esta pseudocompaixão chamada Cristianismo pretende estabelecer que ninguém deve ser sacrificado. (NIETZSCHE, 1967, p. 142)

Este tipo de declaração *polêmica* e de tonalidade, com o perdão do anacronismo, um tanto fascista (que não é rara, nem pontual na obra de Nietzsche, seja em anotações ou em livros publicados) tem rendido um debate interminável entre os seus intérpretes: alguns absolvem-no de olhos bem fechados dessas suas declarações, por assim dizer, anticristãs em demasia, enquanto outros o responsabilizam impiedosamente por um sem número de catástrofes históricas, sobretudo o holocausto, quando, para isso, precisam tapar os ouvidos também para um outro tipo de constatação sua que embora excessivamente dura, porque precisa e impiedosa, é justamente por isso necessária. Oswaldo Giacoia Junior, pertencente ao

primeiro grupo, irá defender que estas e outras declarações de Nietzsche acerca da necessidade do sacrifício e, portanto, da escravidão têm o objetivo inocente de tão somente confessar a “origem iníqua” de toda cultura superior. Para ele, a exploração social, quando aparece nos escritos nietzschianos sem que esteja referida a um passado remoto, é tão somente “metáfora para a vida anímica”. Nesta direção, Giacoia chega ao paroxismo de considerar que “a história da *cultura superior* coincide com a história da interiorização e espiritualização da crueldade” (GIACOIA, 2002, p. 233) [grifo nosso], quando Nietzsche, na *Genealogia da moral*, desenvolve justamente o argumento oposto: a interiorização da crueldade, o voltar-se para si, ao invés de se dirigir para fora é justamente algo próprio ao autossacrifício ou, mais precisamente, ao ressentimento, o afeto inviabilizante da moral aristocrática – vide nesse sentido o aforismo 10 da “Primeira Dissertação” ou ainda os 16 e 17 da “Segunda”. Girard, por sua vez, pertencente ao segundo grupo, no outro extremo, faz declarações extremamente simplistas e unilaterais como a de que “verdadeiro empreendimento nietzschiano” teria sido o de “demolir a nossa preocupação moderna com as vítimas”, a preocupação que segundo ele, configuraria o ponto comum de uma “cultura planetária”. Posto que: “vivemos num mundo [...] que constantemente censura a sua própria violência”, o que seria diferente dos povos antigos e primitivos (GIRARD, 2001, p. 176).

Esta autocensura planetária, ainda que eticamente louvável e de fato presente de modo um tanto central neste nosso tempo pós-moderno, já não parece suficiente para negar a fria e dura constatação contida em um dos aforismos centrais ao capítulo “O que é nobre?”: a de que o sonho com estados vindouros da sociedade em que já não haverá o “caráter explorador” se assemelha à promessa da invenção de “uma vida que se abstinhasse de toda função orgânica”. Mesmo que a declaração nietzschiana de que a “‘exploração’ não é própria a uma sociedade corrompida, imperfeita e primitiva”, mas antes o “*princípio básico da sociedade*” soe demasiado ocre aos nossos corações ainda sinceramente inspirados pela ideologia iluminista do progresso – o progresso que conduz ao futuro radiante governado por algo como a racionalidade universal; mesmo que nos pareça que Nietzsche vá longe demais ao afirmar que “a vida mesma é *essencialmente* apropriação, ofensa, sujeição do que é estranho e mais fraco, opressão, dureza, imposição de formas próprias, incorporação e, no mínimo e mais comedido, exploração” (NIETZSCHE, 2005, pp. 154-5); e sobretudo que seja, no mínimo, um sintoma de lucidez o repúdio às suas declarações de que muitos devam ser sacrificado em nome de poucos; ao focarmos na história propriamente dita, ao nos atermos ao nosso cotidiano propriamente dito, quiçá à nossa experiência mesma localizada na década de vinte do século XXI, podemos nos surpreender ao constatar que dentre os muitos sacrificados

em nome de uns poucos, encontram-se, a despeito de toda autocensura planetária, justamente nós. E o que é pior: sacrificados já não mais em nome da grandeza de algo como os “bons” gregos de outrora, modelos de toda a cultura para o filósofo, que, eurocentrismo à parte, ao menos nos renderam um número de clássicos imortais (para não mencionar a estatuária e arquitetônica), mas sim em nome de uma mediocridade ainda mais absoluta do que a que no seu tempo o filósofo-dinamite foi capaz de prenunciar. Por mais que nos arrepiemos, assustemos, enojemos ou fechemos os olhos para as aberrações ditas por Nietzsche, ao nos atermos à “realidade” de toda história, ao sermos honesto conosco mesmos até este ponto, a pergunta que surge é na verdade a grande paródia nietzschiana do princípio de Hegel:

“Será que toda essa irracionalidade é real?” Ora, é justamente o irracional que parece ser a única coisa real, quer dizer a única coisa atuante, e ainda se toma como sendo a verdadeira 'cultura histórica' a arte de considerar esta espécie de realidade pronta para a explicação histórica. (NIETZSCHE, 2011, p. 57)

Ao longo do capítulo “O que é nobre?” de *Além do bem e do mal*, Nietzsche transfigura as suas considerações de genealogista da moral, isto é, as suas considerações sobre as características e condições de existência dos nobres e da moral aristocrática de tempos imemoriais, em considerações de um psicólogo capaz de desvendar as almas nobres do seu tempo ou, se não tanto, a alma dos considerados grandes homens pelo seu tempo, o que, ao final do capítulo, vai se confundindo com uma espécie de confissão mascarada, jocosa e paradoxal – na qual parece mesmo sugerir ser ele próprio ao invés de uma alma nobre, aquele que tão somente anseia pela nobreza. É verdade que Nietzsche, neste capítulo, identifica e distingue o que compreendeu como os dois tipos básicos de moralidade – a moral de senhores e a de escravos –, mas é também verdade que no aforismo em que se detém especificamente neste assunto, o filósofo acrescenta “de imediato” que não raro elas se encontram “numa dura coexistência”, inclusive “num mesmo homem, no interior de *uma só* alma” – o que parece ser ainda mais verdadeiro no que diz respeito à era do niilismo, na qual conforme já mencionado, impera, segundo ele, a “mistura de sangue entre senhores e escravos” e, portanto, diferentes hierarquias de valor no interior de um mesmo homem. Diferentemente dos tempos imemoriais em que os que viriam a se transformar em nobres precisavam se impor como espécie de modo a sobreviver, a nossa época é aquela em que o indivíduo pode se atrever a ser indivíduo, o que indica que ele é obrigado a legislar em causa própria, e a inventar artes e astúcias para a sua autopreservação, autorredenção e autoelevação, de modo que a ruína dos homens elevados, da já não mais *espécie*, mas alma nobre é a regra ante a mediocridade que passou a dar o tom da cultura. Assim, se, de fato, já não podemos deixar considerar que o sofrimento e sacrifício se mostram como o princípio básico da sociedade, é, ao menos interessante, ouvir o que filósofo

elogiador das máscaras, autointulado discípulo do deus Dionísio, tem a dizer sobre o outro sentido que se pode dar ao sofrimento e à nossa eventual condição de animal de sacrifício. Certamente, em se tratando de Nietzsche, a resposta é perigosa.

2. Objetivos

A partir da perspectiva acima exposta, o minicurso terá por objetivo oferecer uma interpretação do capítulo “O que é nobre?” de *Além do bem e do mal*. Cabe dizer, que esta perspectiva se deve tanto à minha pesquisa acerca da filosofia nietzschiana condensada atualmente no meu anteprojeto de pós-doutorado intitulado “Nietzsche e a igualdade”, quanto ao debate acerca deste tema no grupo de estudos por mim coordenado, “Nietzsche e a Escravidão”, ao longo do segundo semestre de 2019. Assim, cabe destacar as contribuições de Alziro Alves dos Santos Neto e do seu anteprojeto de mestrado “Nietzsche: anticristo ou anticristão?”; de Breno Valentino Lima Santos e do seu trabalho de final de curso “Nietzsche e Dionísio: interpretação do capítulo ‘O que é nobre?’ sob a luz dionisiaca”; de Cléberton Luiz Gomes Barboza e do seu anteprojeto de mestrado “Nietzsche: arte como afirmação trágica da vida”; e de Krisley Andrade da Silva. Quanto aos novos membros Isabela Andrade Coringa Fonseca e Felipe Santos certamente contaremos com contribuições futuras.

3. Cronograma – 6 horas

Aula 1: Introdução ao problema e às suas polêmicas

Aula 2: Leitura e explanação de trechos e aforismos selecionados do capítulo “O que é nobre?” de *Além do bem e do mal*

Aula 3: Leitura e explanação de trechos e aforismos selecionados do capítulo “O que é nobre?” de *Além do bem e do mal*

Bibliografia

BUBBIO, P. D. “The sacrifice of the overman as an expression of the will to power”. In: SIEMENS, H. W.; ROODT, V. (Ed.) *Nietzsche, power and politics: rethinking Nietzsche’s legacy for political thought*. Berlin: Walter de Gruyter, 2008, pp. 269-296.

GIACOIA JUNIOR, O. “Barbárie e civilização”. In: ROSENFELD, D. L., MATTÉI, J.-F (ed.). *O terror*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GIRARD, R. *I see Satan fall like lightning*. Trad. James G. Williams. New York: Orbis Books, 2001.

NIETZSCHE, F. W. *Além do bem e do mal*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *Genealogia da moral*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. “Sobre o futuro dos nossos estabelecimentos de ensino”. In: *Escritos sobre educação: Friedrich Nietzsche*. Trad. Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: São Paulo: Ed. Loyola, 2011.

_____. *The will to power*. Trad. Walter Kaufmann. New York: Random House, 1967.